

Museologia Social e Gênero

*Aida Rechená**

Resumo

Pensar a Museologia Social a partir de uma perspectiva de gênero é o desafio deste texto. Ao verificar que se mantêm as desigualdades entre homens e mulheres em diferentes contextos, discute-se a seguinte questão: como pode a museologia social contribuir para alcançar uma igualdade de fato entre mulheres e homens? A partir da concepção de uma museologia social que trabalhe com uma perspectiva de gênero, o texto possibilita um alargamento do campo de estudo museal e das categorias patrimoniais ao incluir recortes considerados marginais e contribui com a ampliação das possibilidades de investigação sobre temáticas contemporâneas socialmente comprometidas.

Palavras-Chave: Museologia Social. Gênero. Museus. Patrimônio. Desigualdades.

Pensar a museologia social a partir de uma perspectiva de gênero é o desafio a que nos propomos neste texto. Frequentes vezes ao falar em gênero parte-se de um equívoco: a equiparação de “gênero” com “mulheres” ou, dito de outra forma, equipara-se estudos de gênero a estudos sobre as mulheres.

Na verdade, gênero refere-se à construção social da masculinidade e da feminilidade e engloba um complexo sistema de relações que ultrapassa em muito a relação homem/mulher, entrando em campos como os da identidade e cultura gay, transgênero, transsexualidade, bissexualidade, androginia e o chamado “terceiro sexo”¹. Isso significa que nos estudos de gênero estão englobadas todas as formas sociais e culturais de ser <ser humano>, independentemente do sexo biológico ou da orientação sexual.

É, no entanto, verdade que a maioria das pesquisas realizadas pelos estudos de gênero referem-se às mulheres e não aos homens, tendo inclusive dado origem a um campo de investigação específico denominado Estudos de Mulheres ou *Women Studies*.

Por motivos de interesse pessoal, também concentramos a nossa atenção nos estudos (museológicos) sobre as mulheres. Ao verificarmos que se mantêm as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, que as estatísticas da violência doméstica sobre as mulheres aumentam, que há um crescente tráfico internacional de mulheres, que se mantêm as desigualdades na educação e no acesso à informação, que permanece um déficit na capacidade de tomada de decisão por dificuldades de acesso das mulheres às funções públicas e ao exercício do poder político, tudo isso nos conduziu à seguinte questão: como pode a museologia social contribuir para alcançar uma igualdade *de fato* entre mulheres e homens?

Gosto de afirmar que, quando penso e falo de museologia, penso e falo de museologia social ou sociomuseologia. Essa ligação para mim é já automática, visceral. E quando penso e falo de museus, penso em instituições que assumem um compromisso social e desenvolvem uma ação ativa na sociedade.

A afirmação da museologia social (inserida no movimento da Nova Museologia) permitiu trazer para o campo museológico questões como

a inclusão, a acessibilidade, a multiculturalidade, a globalização, os movimentos sociais, os feminismos, a igualdade e o gênero. A exclusiva concentração nos estudos dos acervos museológicos materiais deixou de ser suficiente para @ museólogo@ social.

A museologia social define-se como uma vertente da museologia que considera o museu como uma instituição dinâmica e comprometida com a sociedade. Expressões como função social dos museus, responsabilidade social, acessibilidade, igualdade, representam as linhas de força da museologia social. É neste âmbito que se enquadra a integração de uma perspectiva de gênero na museologia social.

Integrar uma perspectiva de gênero numa dada disciplina permite “compreender aspetos fundamentais relativos à construção cultural da identidade pessoal, assim como para entender como se gerem e reproduzem determinadas hierarquias, relações de dominação e desigualdades sociais” (Casares, p. 10, 2008), porque antes demais, as relações de gênero são relações de poder. E a relação mais básica de poder na história da humanidade é aquela que existe entre homens e mulheres. Essa relação de poder se torna visível nos museus quando passamos a utilizar uma perspectiva de gênero como metodologia de análise.

Ao defendermos uma museologia social com uma perspectiva de gênero, que consideramos uma ferramenta de análise que possibilita tornar claras as hierarquias, as relações de dominação e as desigualdades sociais entre mulheres e homens, a museologia social pode atuar no sentido de valorizar a participação e contribuição das mulheres na sociedade, realçar a produção cultural das mulheres, analisar os bens patrimoniais existentes nos museus à luz das relações de gênero, ou seja, abrimos um novo objeto de estudo no campo museológico.

Gênero: introdução a um conceito

Desenvolvamos um pouco o conceito de gênero. Apesar de incorporado em tempos relativamente recentes nas ciências

humanas e sociais, o conceito tem já uma história que decorre das sucessivas análises teóricas, interpretações e utilizações de que foi objeto nas várias ciências.

Uma primeira abordagem aos estudos de gênero considera-o uma construção social. Desenvolvida no seio dos movimentos feministas de segunda vaga², esta abordagem pretende ultrapassar as visões essencialistas da diferença entre os sexos, que consistem em atribuir características imutáveis às mulheres e aos homens em função das características biológicas. Essa naturalização da condição de ser mulher e de ser homem tem como consequência a permanência da desigualdade entre homens e mulheres, baseada no papel desempenhado por elas na procriação e na reprodução da espécie (Bereni, 2008). Se as diferenças entre homens e mulheres forem de caráter natural serão inultrapassáveis.

Nos anos oitenta do século XX, o termo anglosaxónico *gender* foi aceite pelas ciências sociais para designar a construção social da masculinidade e da feminilidade. A ideia fundamental era que a posição de inferioridade das mulheres na sociedade se devia a razões sociais e culturais e não era a natureza humana que determinava essas diferenças. Dessa forma, a igualdade tornava-se uma meta alcançável e a igualdade de gênero passou a ser um objetivo político com implicações de ordem social.

Os primeiros ensaios teóricos sobre gênero radicavam na oposição cartesiana entre natureza e cultura e associavam o sexo à primeira (natureza) e o gênero à segunda (cultura).

Numa segunda abordagem aos estudos de gênero, este é entendido num contexto relacional. Ao considerar que as características associadas a cada sexo são socialmente construídas numa relação de oposição entre homens e mulheres, não se pode estudar o que depende das mulheres e do feminino sem articular essa análise com o que depende dos homens e do masculino. O gênero passa, dessa forma, a englobar os estudos sobre homens e a construção da masculinidade (Bereni, 2008).

À medida que os sistemas de gênero emergiram como uma dimensão dos sistemas mais vastos de pensamento e de

organização social, o objeto de estudo deixa de ser a mulher considerada na sua relação com o homem, mas o gênero como sistema simbólico de determinado contexto cultural. Os estudos de gênero libertaram-se dos referentes biológicos ao assumir que nem todas as culturas representam da mesma maneira a diferença entre os sexos e não lhe atribuem a mesma importância social (Stolcke, 2004). A introdução de outros componentes além do sexo na constituição das relações e identidades de gênero, inscrevendo-o na teia de relações sociais, deve-se à antropologia, que gradualmente desloca o estudo das mulheres e dos homens para o estudo do gênero entendido como sistema simbólico, integrado em contextos culturais particulares.

Sendo mais uma das componentes das relações sociais, o sistema simbólico de gênero possibilitou o aparecimento de áreas de estudo muito específicas como, por exemplo, o feminismo negro (*black feminism*). Não se é apenas mulher, mas se é mulher num determinado espaço e tempo, dentro de determinada classe, raça/etnia e principalmente na relação com os homens.

A terceira abordagem aos estudos de gênero insere-o numa relação de poder. Consiste em compreender as relações sociais entre os sexos como uma relação de poder, sendo essa relação hierarquizada e de dominância masculina. O entendimento da relação entre o gênero e o poder só é perceptível quando se clarifica o papel das mulheres na sociedade ao longo da história e a forma como os homens têm controlado os papéis sociais da mulher (papéis de gênero) através da divisão sexual do trabalho e da estreita associação entre a mulher e a maternidade.

A relação entre gênero e poder esteve sempre presente desde o início da conceptualização do conceito. Quando os movimentos feministas o adotaram, utilizavam-no para denunciar a dominação masculina e a desigual repartição do poder. Para alguns autores (Oliveira Jorge, 1996; Almeida, 2000), essa desigualdade devia-se à divisão sexual do trabalho que atribuía papéis hierarquizados a cada um dos sexos, constituindo uma das bases da opressão e subordinação sociais femininas.

Miguel Vale de Almeida (2000), ao referir-se ao gênero como uma relação de poder, afirma:

[...] os significados culturais de determinadas construções sociais do gênero são, primeiro, prévios aos indivíduos e constituintes de um quadro ordenador para a reprodução humana e social; em segundo lugar, participam de disputas pelo poder, dependendo das diferentes estruturas ao longo da História e participam de uma economia política do sexo (hoje uma “economia mundo” do sexo e do gênero); e são manipuláveis pelos indivíduos na constituição dinâmica e inventiva das suas identidades. (Almeida, 2000, p. 245, grifo nosso).

Depreende-se do texto que o gênero é uma construção social e uma realidade histórica com características complexas. Por um lado, a nossa concepção de feminilidade e de masculinidade e as normas do relacionamento social entre homens e mulheres não são conscientes e existem previamente ao indivíduo. Cada um de nós assimila e incorpora essas concepções, normas, valores e atitudes desde o nascimento e durante o processo de socialização, tanto na escola como por influência dos *media*, agindo em conformidade com as expectativas da sociedade. Por outro lado, a construção social da feminilidade e da masculinidade relaciona-se com a luta pelo poder e com a manutenção da hegemonia social, cultural e política, com clara vantagem histórica para o sexo masculino.

Nota-se ainda que as relações de gênero, integradas no sistema de valores e crenças culturais, são manipuláveis pela pessoa, ou seja, não são estanques e imutáveis, deixando margem de manobra para a mudança, como exemplificam os movimentos feministas, os movimentos gay e transsexuais, andróginos e mais recentemente as políticas para a igualdade de gênero.

A quarta abordagem aos estudos de gênero considera-o numa dimensão de interseccionalidade com outras categorias de relações de poder como a classe, a raça/etnia³ e a idade.

Nessa abordagem, os estudos de gênero apontam para a relação multicategorial e de interdependência entre o gênero e as outras categorias sociais que definem a relação social entre seres humanos.

Ou seja, não se pode analisar apenas a questão das mulheres como uma categoria de características universais, mas nas especificidades das relações com a raça/etnia, a classe social e a idade, numa interação entre as categorias sociais, o território e o tempo.

É no âmbito dessa inter-relação com outras categorias socioculturais que Casares (2008, p. 68) avança com uma das definições de gênero mais abrangentes e inclusivas: “una categoría analítica abstracta aplicable a la construcción de la masculinidad, la feminidad, la androginia ou otras categorías socio-biológicas definidas en cada sociedad que permite estudiar los roles, estereotipos, relaciones de poder y estratificación establecidas”⁴.

Definindo gênero como categoria analítica abstrata, Casares abriu portas à utilização da mesma na análise da constituição das identidades masculina, feminina e outras identidades de gênero. Reforçou a possibilidade de interseção com as categorias que criam a desigualdade entre os seres humanos como raça/etnia, a classe e a idade. A autora admite tratar-se de uma categoria aplicada ao estudo concreto dos papéis de gênero, dos estereótipos de gênero e da estratificação de gênero, associado ao exercício do poder.

A abordagem ao gênero sob o ponto de vista da interseccionalidade com outras categorias socioculturais é, em nosso entender, a que provoca um maior enriquecimento das investigações realizadas nas ciências humanas e sociais ao permitir relacionar as categorias já assumidas no *corpus* teórico com a categoria de análise gênero.

Naquela que podemos considerar como uma quinta abordagem aos estudos de gênero, fala-se de uma crise do conceito caracterizada por uma problematização do gênero que coloca em causa a sua operacionalidade na análise social (Stolcke, 2000; Tubert, 2003; Trillo-Figueroa, 2009).

Desde o início da utilização do gênero como categoria de análise que surgiram vozes críticas apontando as suas limitações. Aponta-se o fato do conceito ser demasiado utilizado e banalizado e estar a perder o significado (Thébaud, 1998). Utilizado como nome, só ou em associação – como relações de gênero, sistemas de gênero, identidades de gênero – assume a forma de adjetivo e de verbo

(*engendering* ou engenderizar) e é frequentemente utilizado como sinônimo de sexo ou de mulheres. Ou seja, não existe um significado preciso e consensual do conceito. Critica-se ainda a falta de unanimidade à volta do gênero, para uns entendido como “noção”, para outros como “conceito” e para outros ainda considerado uma “categoria analítica” inútil e causadora de ambiguidades.

Apesar das críticas e das limitações apontadas, consideramos o gênero como uma categoria de análise capaz de ampliar o objeto de estudo da museologia social. O *corpus* de publicações científicas existentes sobre gênero nas várias áreas (antropologia, psicologia, arqueologia, sociologia, história, arte, literatura, estudos feministas) são indicativos da validade da categoria analítica gênero. Aurélia Casares (2008, p. 17) afirma que adotar a categoria gênero causa certa “vertigem intelectual” perante as imensas repercussões que traz para a ciência onde nos posicionamos. Assumimos o risco dessa vertigem e passamos a analisar o impacto da integração da categoria gênero na museologia social.

Gênero e museologia social

A museologia social, ao adotar uma metodologia interdisciplinar, recebe como consequência as influências dos estudos sobre o gênero realizados por outras ciências: história, antropologia, história da arte, arqueologia, sociologia, psicologia, comunicação etc. Estas ciências só recentemente começaram a trabalhar com uma perspectiva integrada de gênero e a utilizar esta categoria de análise, mas todas concordam que ao fazê-lo se viram perante uma revolução no seu campo do conhecimento.

É, pois, necessário que a museologia social se autonomize e adote ela própria o gênero como categoria analítica, relacionando-a com o patrimônio, a memória, a identidade, o território, cruzando-a com as outras categorias geradoras de desigualdades (raça/etnia, classe, idade), com os sistemas de poder, sistemas simbólicos e outros.

O que distingue a abordagem da museologia social ou sociomuseologia é, segundo Mário Moutinho (2007),

o “reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica”.

A museologia social pressupõe a intervenção no património cultural (tangível e intangível) e natural, reconhecendo a sobreposição e a coexistência de múltiplas culturas, identidades, diversos territórios sociais e espaciais. Como afirma Mário Moutinho:

O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objectivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita. (Moutinho, 2007, p. 1).

É esta interdisciplinaridade caracterizadora da museologia social que nos permite apropriar do conceito de gênero, desenvolvido originariamente pela psicologia e integrá-lo no campo museológico. Mas o que acontece à museologia quando adota uma perspectiva de gênero?

Adotamos como matriz teórica, sobre a qual construímos a nossa proposta sobre a relação entre a museologia e o gênero, o pensamento de dois museólogos:

- Waldisa Rússio (1981; 1990) e a sua definição de museologia “como o estudo da relação profunda entre o homem/sujeito e os objetos/bens culturais, num espaço/cenário denominado museu”.
- Mário Chagas (1994) e o conceito de “ternário matricial” da museologia, uma unidade básica, uma matriz para o pensamento e a prática museal, balizada pelos vértices homem/sujeito, pelo objeto/bem cultural e pelo espaço/cenário, que, segundo o autor, definem o campo de estudo da museologia.

Nesse nosso propósito de avaliar o impacto da adoção da categoria analítica gênero na museologia social, optamos por

uma metodologia que nos conduz a analisar sucessivamente o impacto da categoria de análise gênero sobre cada um dos vértices deste ‘ternário matricial’. Trata-se essencialmente de um questionamento prévio, de um levantar de dúvidas e inquietações, de um exercício de raciocínio pessoal, mais do que avançar com respostas, que apenas surgirão com o tempo e com o desenvolvimento pleno de uma museologia social com perspectiva integrada de gênero.

Começamos por aplicar a perspectiva de gênero ao vértice *sujeito*⁵. Uma das consequências imediatas é a inclusão da mulher. A museologia social deixa de ser o estudo da relação do sujeito com o patrimônio e passa a ser o estudo da relação de homens e de mulheres com o patrimônio. Deixamos, dessa forma, de utilizar uma definição de pessoa neutra, como o “sujeito”, o “indivíduo”, o “Homem”, e passamos a inscrever as características de gênero nessa definição. Podem argumentar que “Homem, Indivíduo, Sujeito” inclui homens e mulheres não havendo por esse fato necessidade de especificar. Mas, como aponta Barreno (1985), “Homem” quer dizer em simultâneo ser humano e ser humano do sexo masculino e “Mulher” apenas quer dizer ser humano do sexo feminino⁶. E continua: “[...] a própria assimetria - uma palavra com dois significados, outra só com um - mostra que não se trata de um conceito igualitário [...]. Tudo concorda para que se torne claro que uma das primeiras categorias de poder, é o direito à nomeação”. (Barreno, 1985, p. 84).

Ao utilizarmos uma perspectiva de gênero sobre o sujeito, asseguramos esse direito à nomeação e nenhuma construção sociocultural do ser humano fica excluída da análise museológica. Não no sentido de considerarmos as mulheres como um objeto de estudo da museologia, mas numa perspectiva de gênero integradora, valorizando igualmente as diferenças, as contribuições, as realidades e os simbolismos de homens e mulheres em cada sociedade, tempo e espaço. Ficamos, dessa forma, perante uma transformação e aprofundamento do conhecimento e não um mero alargamento do objeto de estudo da museologia social.

Introduzir uma perspectiva de gênero no vértice “sujeito” da definição de museologia conduz a uma multiplicação das abordagens no estudo da relação entre esse elemento matricial com os dois restantes: os objetos/patrimônio e o espaço/museu. A museologia social deve tomar em consideração que a relação de homens e mulheres com os bens culturais e com o espaço/museu não são iguais e que essas relações diferem ainda mais quando as cruzamos com outras categorias promotoras da desigualdade: etnia, classe, idade, nacionalidade, limitações físicas ou mentais etc.

Essa distinção na relação de homens e mulheres com os bens patrimoniais e o espaço/museu advém em grande parte dos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens, estando estes associados aos meios produtivos e ao controle da produção e aquelas ao espaço doméstico e às ações de cuidado. Também a tradicional vivência do espaço público destinado aos homens e do espaço privado às mulheres resulta num relacionamento distinto com os bens patrimoniais. É nesse sentido que concordamos com as palavras de Per Uno Agren (2001, p. 22): “[...] cada indivíduo alberga o seu próprio museu; cada pessoa é formada, preenchida e constantemente influenciada por contra-correntes de impulsos ao longo da sua vida e, conseqüentemente, é representativo de um lugar, de uma idade, de uma geração”.

Introduzir uma perspectiva de gênero no estudo do sujeito, enquanto vértice do ternário matricial da museologia, implica um cuidado especial com a linguagem utilizada ao referirmo-nos às pessoas participantes nas ações museológicas ou por elas representadas. Sabemos que quando utilizamos uma linguagem “neutra” num processo de comunicação, estamos efetivamente a referir-nos ao modelo masculino dominante. Foucault (2001) ao estudar o papel do discurso na construção da realidade, sugere que parte das diferenciações existentes no nosso entendimento do papel de homens e mulheres resulta da linguagem utilizada para descrever essa realidade. Se é certo que ao longo da existência da humanidade a participação de homens e mulheres na construção da sociedade é paritária, ou seja, ambos contribuem de igual forma

nessa construção, aquilo que é desigual é a linguagem utilizada para descrever e registrar essa participação, que favorece e valoriza predominantemente a participação e a contribuição masculinas.

Por outro lado, as categorias “mulher” e “homem” alteram-se no tempo e no espaço e fazem parte de uma dada realidade histórica. Em cada tempo e em cada espaço coexistem entre si e interseccionam-se com outras categorias socioculturais, refletindo uma multiplicidade de entendimentos daquilo que é ser homem e ser mulher. Essa multiplicidade deve ter um lugar na análise sociomuseológica considerando que esta assume o ser social, a pessoa como a sua principal preocupação.

Quando introduzimos uma perspectiva de gênero sobre o elemento “sujeito” constituinte do ternário matricial da museologia, colocam-se as seguintes questões para as quais não temos resposta e servem de indicadores de linhas de pesquisa:

- Existe uma cultura feminina preservada nos museus?
- Devemos constituir acervos femininos ou complementar os existentes com os testemunhos da participação feminina na sociedade?
- Devemos constituir museus exclusivamente dedicados às mulheres?
- Qual o papel das mulheres na preservação patrimonial?
- Como documentar a presença da mulher na sociedade, a sua relação com os bens culturais e ainda como produtora de memórias?
- Os atuais processos de comunicação em museus são inclusivos das mulheres?

Considerando agora os “objetos/bens culturais” como um segundo vértice do ternário matricial definidor da museologia, ao introduzirmos o gênero como categoria de análise conduz a um significativo alargamento das categorias patrimoniais representadas em museus e a uma necessidade de reinterpretação dos patrimônios já constituídos e musealizados.

Há áreas patrimoniais, mais especificamente aquelas relacionadas com o poder (político, militar, administrativo, econômico) que

privilegiam o ponto de vista masculino. A dimensão de gênero conduz a um repensar do processo de constituição das coleções patrimoniais e a incluir o ponto de vista feminino na análise das mesmas. Se a museologia estuda a relação do ser humano com o patrimônio num determinado espaço, esse estudo tem sido caracterizado por um tom de neutralidade, ou seja, não se estuda a relação com o patrimônio tomando em consideração as especificidades dos seres humanos (homens, mulheres e outras categorias socioculturalmente construídas), nem os diferentes impactos que os patrimônios têm em cada um/a. Quando, por exemplo, aborda-se a relação feminina com os patrimônios, remete-se o estudo para recortes marginais das áreas patrimoniais relacionadas com a domesticidade, as relações de parentesco e a maternidade, em museus de traje ou exposições etnográficas com reconstituições dos espaços domésticos.

A história dos museus no tocante à seleção patrimonial tem um forte componente de exclusão: dos pobres, de determinadas raças/etnias, religiões e das mulheres. É necessário decidir que bens patrimoniais vamos recolher no presente para salvaguardar as memórias e as identidades excluídas, incluindo as femininas.

Tão importante quanto esta recolha será questionar os acervos já constituídos sob uma perspectiva de gênero e sob um olhar feminino.

Podemos elencar algumas questões que se podem colocar quando introduzimos uma perspectiva de gênero sobre o elemento objetos/bens culturais constituintes do cenário matricial da museologia:

- Qual o papel das mulheres na preservação do patrimônio?
- Que bens elegem as mulheres para ser preservados em museus?
- Os bens patrimoniais em museus são suficientes para constituir uma memória feminina?
- Existem estudos de investigação realizados por mulheres sobre bens culturais e patrimônio? Esses estudos são valorizados?
- Ao estudarmos um bem cultural analisamo-lo sob todos os ângulos possíveis por forma a entender as relações que esse

bem cultural estabelece com os seres humanos por gênero, classe, etnia, idade?

- Existe uma linguagem expográfica própria para os públicos femininos?
- Uma exposição museológica para um público feminino consegue ter impacto sobre públicos não femininos?

Debrucemo-nos em seguida sobre o terceiro vértice do ternário matricial da museologia, o “espaço” onde ocorre a relação com o patrimônio, que iremos considerar como o museu ou o território.

Como demonstrou Joan Scott (1985), o gênero é uma forma primária de significar relações de poder e a dimensão espacial se relaciona diretamente com as relações de poder e o exercício do poder. Se considerarmos que o vértice definidor do ternário matricial relativo ao espaço é um museu, sabemos que estas instituições são desde a sua criação símbolos do poder político, o que na sociedade europeia ocidental significa o poder masculino (androcêntrico), são marcos territoriais e espaciais desse poder e espaços de memória do poder. Ao introduzirmos a categoria gênero no campo de análise da museologia, podemos questionar qual a imagem que tanto as mulheres como os homens fazem ou constroem desse espaço/museu, quais as vivências de homens e mulheres no espaço/museu e qual a relação deste com o entorno e com as outras instituições de poder.

Outra questão pertinente é analisar o museu como o local de trabalho onde os homens até recentemente exerciam o seu papel de investigadores e estudiosos e as mulheres passaram a exercer o seu papel de educadoras e cuidadoras. Sendo aparentemente as mulheres a maioria da força de trabalho nos museus atuais, a perspectiva de gênero conduz-nos a questionar como interrogam e se relacionam as mulheres com as coleções que representam o universo masculino ou foram constituídas por homens.

Mas se entendermos que o vértice definidor do ternário matricial relativo ao espaço é o território, a introdução da categoria gênero leva-nos a analisar a forma como vivenciam as mulheres e os homens esse território, a questionar quem detém a propriedade e a utilização dos recursos territoriais, procurar saber qual o impacto

sobre o território das atividades atribuídas e desenvolvidas pelos homens e o impacto daquelas desenvolvidas pelas mulheres e como se distribuem os homens e as mulheres por esse território.

Se pensarmos por um momento sobre a maioria dos bens culturais imóveis classificados como monumentos de interesse nacional, veremos que se trata de edifícios associados ao exercício do poder masculino, tais como castelos, igrejas, palácios, que marcam de forma impositiva os territórios envolventes, constituindo-se em referentes da identidade e da memória coletiva (masculina). Mas o território e o espaço podem ser considerados de uma forma distinta da dimensão física, geográfica e natural. O território é também um espaço constituído, um suporte de memórias, de sensações e de experiências, um resultado das vivências e identidades. Nesse sentido, o território tem inscrito valores simbólicos, afetos, patrimônios, tradições, ou seja, a vida. O território assim compreendido é distinto e assume significados diversos conforme se relaciona e confronta com a mulher ou com o homem, decorrente da vivência social e das formas de apreensão do espaço pelas pessoas.

Elencamos algumas questões resultantes da integração da perspectiva de gênero sobre o espaço/museu que nos indicam linhas de pesquisa a realizar:

- Qual a relação das mulheres com o espaço (museu/território)?
- Estamos a efetuar uma preservação igualitária da relação de homens e mulheres com os espaços incluindo os significados, a posse, o uso, as memórias, os afetos?
- Como abordar o espaço, o território e o museu na relação com a mulher?
- Qual é a relação de poder entre homens e mulheres expressa no território, na sua gestão, organização, posse e atribuição?
- Existe um espaço e um território femininos?
- Que estratégias pode a museologia social desenvolver para recuperar os esquecidos patrimônios femininos?

Lembramos de novo que ao considerarmos gênero como uma categoria de análise, todas essas questões podem ser colocadas a

propósito de outra qualquer categoria social de ser pessoa (homens, homossexuais, transsexuais, transgênero etc.) e não apenas sobre as mulheres.

Do que foi dito até ao momento, parece-nos que aplicar a categoria analítica gênero à definição de museologia social altera o conteúdo dos elementos do ternário matricial complexificando-os ao multiplicá-los por várias camadas, alargando o campo de análise e as metodologias de pesquisa.

E os museus como ficam?

Ao trabalharmos com a museologia social consideramos que o museu é um dos espaços privilegiados onde ocorre a relação entre a pessoa/comunidade com os bens culturais. Introduzir a categoria gênero na definição de museu coloca-nos perante uma distinta concepção da instituição museal.

É Hilde Hein (2010) quem nos guia nesta mudança conceptual, ao fazer uma reflexão sobre museus inspirada pela teorias feministas. Partindo da proposta apresentada pela autora sugerimos que um museu preocupado com as relações de gênero abandona de imediato a linguagem neutra, habitualmente utilizada para representar o visitante ideal. Os/as visitantes deixam de ser considerados como “público em geral”, indistinto, massificado, um “observador desapaixonado” e passam a sujeitos dotados de uma identidade de gênero.

Ao museu deixa de estar atribuído o papel de intérprete dos bens culturais expostos e a instituição museal passa a existir para “difundir o conhecimento” partilhando com os/as visitantes a responsabilidade da interpretação dos bens culturais (Hein, 2010). Mas o conhecimento que o museu difunde é múltiplo e aceita os vários pontos de vista perdendo a função homologatória da comunicação.

Uma definição de museu que trabalha com uma perspectiva integrada de gênero conduz ao abandono da valorização da “obra-prima”, da atração pela “catástrofe”, pelo “momento histórico”, o

“avanço científico” e das expressões que reforcem uma “hierarquia” no seio do patrimônio (Hein, 2010, p. 59). Estes termos carregados de significado político contribuem para excluir dos museus as ações banais do cotidiano, os grupos minoritários, a “sutileza das mudanças e das suas múltiplas diversões”. Para a autora a atenção deve ser dada aos processos e não aos momentos de clímax.

Em consequência desta mudança, o patrimônio em museus deixa de estar organizado e classificado de acordo com a cronologia, a geografia, a origem nacional, a escola, a área científica ou o material constituinte, que passam a constituir critérios secundários na recolha e preservação patrimoniais⁷. Ao público é agora dada a liberdade para se conduzir pela própria experiência e não pelas informações constantes na legenda da peça (Hein, 2010, p. 60). Os mesmos objetos reconfigurados em distintos sistemas de ordenação ganham a capacidade para alargar a coleção do museu ao possibilitarem novas leituras, novos questionamentos e novas interpretações. Os museus ao integrarem a categoria gênero possibilitam o contato com a “descontinuidade, a fragmentação e a ambiguidade” inerentes ao universo patrimonial feminino colocando a/o visitante perante novas possibilidades da “verdade” (Hein, 2010, p. 61).

Por fim, um conceito de museu com uma perspectiva de gênero permite, segundo a opinião de Hein (2010, p. 61), “dissolver fronteiras” ao assumir que todas as posições e afirmações efetuadas em espaço museal têm um posicionamento de partida e devem refletir as limitações e as complexidades desse mesmo posicionamento, seja ele político, social, cultural, técnico, ou outro. Ou seja, com a adoção de uma perspectiva integrada de gênero, não há mais museus neutros.

Gostaríamos ainda de referir que se hoje existe uma antropologia de gênero, uma história de gênero, uma psicologia e uma arqueologia de gênero, ainda é raro falar em “museologia de género”⁸. Mas será de todo necessário o surgimento de uma museologia de género?

Ao falarmos da importância da adoção da categoria de análise gênero pela museologia social não pretendemos com isso criar outra vertente da museologia, nem uma ruptura epistemológica ou teórico-

conceptual. O nosso propósito é aprofundar a responsabilidade social dos museus e o desenvolvimento da vertente social da museologia.

Somos de opinião que uma museologia social que trabalhe com uma perspectiva de gênero possibilita um alargamento do campo de estudo, aumenta as categorias patrimoniais a integrar nos acervos dos museus ao incluir recortes patrimoniais habitualmente considerados marginais, amplia as possibilidades de investigação sobre temáticas contemporâneas e socialmente comprometidas, possibilita a inclusão de todas as formas sociobiológicas de ser pessoa e trabalha com a multidisciplinaridade para colher os contributos das ciências que estudam as relações de gênero.

Recorrendo às palavras de Victoria Benito e Nayra Molina (2010), pretende-se alcançar uma museologia social e instituições museológicas que falem cada vez mais das mulheres não como um sujeito específico existente na história, “sino como un sujeto dentro de la historia, que esté representado dentro de los grandes museos nacionales como lo están los que siempre han estado presentes, los hombres” (Benito e Molina, 2010, 18)⁹.

As/os museólogas/os comprometidas/os com o gênero assumem efetivamente o seu papel de trabalhadoras/es sociais ao permitirem às comunidades associar-se ao trabalho dos museus. E isso é precisamente o que propõe a museologia social: trazer as pessoas para os museus e para todas as ações museológicas, com as suas especificidades (incluindo a identidade de gênero), com as suas ambições, desilusões, expectativas, sentimentos, afetos, sonhos e a crença numa sociedade igualmente partilhada por mulheres e homens.

Notas

* Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Mestre em Museologia (2003), especializada em Arqueologia (1993) e licenciada em História (1985). É diretora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior em Castelo Branco e do Museu da Guarda, ambos em Portugal. Linha de investigação dominante: Teoria Museológica, Museologia e Gênero e Comunicação Inclusiva em Exposições Museológicas.

1 Neste texto deixaremos de fora qualquer análise a estas abordagens dos estudos de gênero por ultrapassarem em muito as nossas competências e a nossa pesquisa. Não podíamos, no entanto, deixar de referi-las como áreas importantes nos estudos de gênero e que merecem a atenção da museologia social.

2 Considera-se que os movimentos feministas evoluíram em três vagas. A primeira vaga correspondeu às lutas feministas do século XIX que visavam a obtenção pelas mulheres do direito ao voto. A segunda vaga feminista ocorreu no século XX e procurava a igualdade em todos os domínios. A atual terceira vaga feminista incide sobre a valorização igual das diferenças entre homens e mulheres.

3 As investigações sobre a genética confirmam que não existem raças distintas na espécie humana e que a desigualdade e a exclusão atribuídas a motivos raciais são construções socioculturais, históricas e políticas. As palavras etnia, etnicidade e grupo étnico referem-se a um grupo ou comunidade que partilha determinados traços comuns. A discussão sobre o significado e a relação entre raça e etnia é tão aprofundada quanto à discussão sobre a relação entre as categorias sexo e gênero. Como essa discussão não tem lugar neste texto, optamos por utilizar a expressão raça/etnia. Sobre este assunto ver Stolcke, 2000.

4 Tradução livre: “[...] uma categoria analítica abstrata aplicável à construção da masculinidade, feminilidade, androginia ou outras categorias sociobiológicas definidas em cada sociedade que permite estudar os papéis, estereótipos, relações de poder e estratificação estabelecidas”.

5 Mantemos a terminologia “sujeito” por ter sido essa a expressão utilizada com mais frequência pelos/as vários/as museólogos/as quando da definição do ternário matricial da museologia. Mas sempre que for possível evitaremos o recurso a palavras masculinas genéricas, por serem tendencialmente excludentes das mulheres.

6 Por esse fato Isabel Barreno (1985) chama-lhe de “falso neutro”.

7 Sobre esta proposta ver também Griselda Pollock (2007).

8 Numa pesquisa efetuada na internet, nas línguas inglesa, francesa, espanhola e portuguesa, encontramos uma única referência a “*gender museology*” postada em 15 de maio de 2010 no blog “womeninmuseum.net/blog”. Trata-se concretamente de uma proposta de um curso de formação profissional a realizar em Nápoles e designado *Gender Museology and History of Women*.

9 Tradução livre: “[...] mas como um sujeito dentro da história, que esteja representado dentro dos grandes museus nacionais como aqueles que sempre aí estiveram presentes, os homens”.

Referências

Agren, Per-Uno. (2002). Rede de Museus - problematização conceptual. In: Silva, Raquel Henriques. (2002). (Coord.). *Fórum Internacional de Redes de Museus*. Lisboa: Rede Portuguesa de Museus.

Almeida, Miguel Vale de. (2000). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. (2.ª Ed.). Lisboa: Fim de Século.

Barreno, Maria Isabel. (1985). *O falso neutro: um estudo sobre a discriminação sexual no ensino*. Lisboa: Edições Rolim.

Benito, Victoria López; Molina, Nayra Llonch. (2010). Una panorámica de los museos de mujeres en el mundo. In: Molina, Nayra Llonch; Benito, Victoria López. (2010). (Coord.). *Mujeres y Museos. HerMus - Heritage and Museography*, n.º 3. Pp: 12 - 18. Janeiro - Fevereiro 2010. Gijón: Ediciones Trea.

Bereni, Laire; Chauvin, Sébastien; Jaunait, Alexandre; Revillard, Anne; (2008). *Introduction aux Gender Studies: manuel des études sur le genre*. Paris: Éditions De Boeck Université.

Camps, Victoria. (2001). *O século das mulheres*. Lisboa: Editorial Presença.
Casares, Aurelia Martín. (2008). *Antropología del género. Culturas, mitos y estereotipos sexuales*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Chagas, Mário. (1994). O campo de actuação da museologia. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, 2. Lisboa: ULHT.

Foucault, Michel. (2001). *História da sexualidade. Vol. 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Hein, Hilde. (2010). Looking at museums from a feminist perspective. In: Lévin, Amy. (2010). (Ed.). *Gender, sexuality, and museums*. Pp: 53 - 70. Nova Iorque: Routledge.

Janes, Robert, R. (2009). *Museums in a troubled world. Renewal, irrelevance or collapse?* Londres e Nova Iorque: Routledge.

Moutinho, Mário. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviços. In: *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, n.º 12. Lisboa: ULHT.

_____. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia. Proposta para reflexão*. Comunicação apresentada no XII Atelier Internacional do MINOM. Lisboa: ULHT.

Jorge, Vítor Oliveira. (1997). Ideias prévias a uma pré-história do género. In: *A Mulher e a Sociedade - Actas dos 3.ºs Cursos Internacionais de Verão*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Pollock, Griselda. (2007). *Virtual Feminist Museum. Time, space and archive*. London and New York: Routledge.

Rússio, Waldisa. (1990). Conceito de cultura e sua interrelação com património cultural e a preservação. In: *Cadernos Museológicos*, 3. São Paulo: USP.

_____. (1981). *L'interdisciplinarité em museologie*. Museological Working Paper. MuWop/DoTraM, V. 2. Consultado em www.icofom.org.ar em Agosto de 2010.

Scott, Joan W. (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*. Vol. 91. N.º 5 (Dez. 1986), pp.1053-1075. In: <http://links.jstor.org/sici?>. Consultado em 16 de Junho de 2008.

Stolcke, Verena. (2004). La mujer es puro cuento: la cultura del género. In: *Revista de Estudos Feministas*, 12. Florianópolis. In: "<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/267/26701403.pdf>" Consultado a 20 de Outubro de 2008.

_____. (2000). Es el sexo para el género lo que la raza para la etnicidad y la naturaleza para la cultura? In: *Política y cultura n.º 014*. Xochimilco: Universidad Autónoma Metropolitana. "<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/267/26701403.pdf>" <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/267/26701403.pdf>. Consultado em 20 de Outubro.

Thébaud, Françoise. (1998). *Écrire l'Histoire des femmes*. Paris: Éditions ENS.

Trillo-Figueroa, Jesús. (2009). *La ideología del género*. Espanha: Libros Libres.

Tubert, Silvia. (Ed.). (2003). *Del sexo al género. Los equívocos de un concepto*. Universidad de València: Ediciones Cátedra.

Recebido em 28 de abril de 2014.
Aprovado em 20 de junho de 2014.

Abstract

Thinking of Social Museology from a perspective of gender is the challenge of this text. Observing the persistence of inequalities between men and women in different contexts, it discusses the following question: how can social museology contribute to the attainment of a real equality between women and men? Starting from the concept of a social museology that works in a perspective of gender, the text enables the widening of the museal field of study and heritage categories, by including approaches considered marginal and contributes with the amplification of research possibilities on contemporary, socially committed themes.

Keywords: Social Museology. Gender. Museums. Heritage. Inequalities.